

“Infelizmente as coisas não estão a correr pelo melhor no Ambiente”

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnoticias.pt

“Mesmo que as coisas estivessem a correr pelo melhor, haveria sempre aspectos a debater”, acredita o ambientalista Helder Spínola. “De qualquer das formas, infelizmente as coisas não estão a correr, em vários aspectos, pelo melhor. Ainda mais há essa justificação para o debate da questão ambiental. Até porque não é apenas uma questão ambiental, mas de sustentabilidade e, também, de desenvolvimento económico e social”, realça.

Por isso, aponta “alguns indicadores que nos devem deixar alarmados em termos do nosso desempenho ambiental”. E explica: “Um deles tem a ver com a taxa de reciclagem dos resíduos que produzimos. Para além da sua redução é um assunto já com longas barbas, já falado ao longo de muitas décadas, há muita coisa prometida, já muitas estratégias, metas foram definidas e, no entanto, quando vamos olhar aos factos, neste momento, para além de termos uma taxa de produção per capita (quantidade de lixo por pessoa) ao nível de cidades com muita actividade económica, depois apercebemo-nos - e isto já são dados oficiais - que a nossa taxa de reciclagem é diminuta. Não tem muito tempo que a Secretaria Regional do Ambiente lançou alguns dados e nós estamos apenas com 13,5 por cento de taxa de reciclagem, que eram cálculos que eu vinha fazendo de acordo com os dados brutos, mas era um pouco a minha palavra digamos. Mas, neste momento, já não é só a minha palavra, é mesmo o Governo Regional que assume que a nossa taxa de reciclagem de resíduos é apenas de

13,5%, o que é algo que, pode-se dizer, é caricato depois de tanto anos, tantas metas que tivemos e valores que atingimos - por exemplo, em 2008 chegamos a estar acima dos 20% de taxa de reciclagem e, depois, fomos baixando e já tivemos ainda mais baixas do que as actuais. Pode-se dizer que nos últimos anos tem subido ligeiramente, mas dentro de uma gama ainda muito insatisfatória. Penso que esse seria um dos temas quase que escandalosos que devia ser falado, devíamos perceber porque é que isto está a acontecer. Depois de tanto investimento, inclusive na recolha selectiva, a verdade é que, neste momento, temos apenas 13,5% de taxa de reciclagem.”

Um outro aspecto “tem a ver com alguns casos, que pode-se dizer são mais pontuais, como é o da asfaltagem da Estrada das Ginjas ou o do teleférico no Curral das Freiras, mas que indiciam que o Governo Regional, apesar do que muitas vezes diz, não está focado num outro caminho para a Madeira em termos de desenvolvimento, em termos de sustentabilidade”, sinaliza. “Ou seja, continua a apostar em projectos que são de má memória do passado, estratégias de aplicar o dinheiro público que não significam a preservação dos nossos valores naturais e esse aspecto, não só estes casos concretos, mas esta visão política e em termos governativos, muitas vezes é incoerente com aquilo que o próprio governo diz e com alguns documentos que produz. Julgo que isso devia ser também debatido”, incentiva.

Há um outro aspecto, que “tem a ver com o ordenamento do território”, atira Helder Spínola. “Penso que aí, embora nos últimos anos não



HELDER SPÍNOLA ANALISA AS TEMÁTICAS AMBIENTAIS A ABORDAR NO DEBATE

tenhamos tido grandes casos que resultem, em termos negativos, deste problema do desordenamento do território”, diz o docente de Gestão Energética e Ambiental da UMA.

Por exemplo a questão dos incêndios e até das cheias, mas não podemos pensar que os últimos 5/6 anos de boas notícias, significam que as coisas estejam resolvidas”. Aliás, recorda, “no caso dos incêndios, penso que temos beneficiado, nalguns anos pelas condições climáticas, noutros casos também pela operação do helicóptero, mas a verdade é que o nosso território está cada vez em maior risco”. Ou

seja, “na prática não se alterou nada e tivemos o último grande incêndio em 2016, que assumiu proporções de grandes dimensões e de grande prejuízo, mas entretanto não se alterou substancialmente muito em termos de gestão do nosso território, dos nossos espaços, não só florestais, mas também rurais, urbanos e periurbanos, e o risco de incêndio que corremos hoje continua a ser elevado. Basta que uma situação se descontrolo para voltarmos a ter aqueles cenários que tivemos em 2010, 2012, 2013, 2016 com grandes extensões de áreas ardidas e enormes prejuízos, em termos de bens humanos e até de ameaça a vida das pessoas”.

Já a questão das cheias, “como nós sabemos, desde o 20 de Fevereiro de 2010, não tivemos nenhum susto maior, mas também sabemos que estas situações não acontecem todos os dias, mas acontecem e temos que estar preparados para elas”, lembra. Mas, “desde então, o nosso território também não se modificou para melhor. Continuamos a fazer a ocupação do território a olho. De acordo também com algumas pressões, alguns interesses, os planos directores municipais, muitas vezes não são respeitados, suspendem-se. E isso acontece em vários concelhos que suspendem os seus planos directores para permitir uma determinada obra, só porque surgiu um investidor que vai aplicar algum dinheiro e, portanto, aí o ordenamento do território já não tem força para se impor”, acusa.

Para o ambientalista, biólogo de profissão, estas “são questões que

devem ser discutidas”, tal como é a da energia. “Somos muito dependentes da energia fóssil, cerca de 90%”, calcula. “Há aqui questões ambientais mas há, também, questões económicas. Quanto menos dependentes nós formos desses combustíveis fósseis, estaremos também melhor ou mais bem defendidos de oscilações em termos dos preços dos combustíveis. Não podemos pensar apenas na parte eléctrica, pois muitas vezes falamos das energias renováveis e da energia como se fosse apenas a electricidade, que é apenas um terço da energia que nós utilizamos. E aí, apesar de tudo, até temos alguma percentagem em renováveis, cerca de 30% e com perspectivas para aumentar nos próximos anos, mas depois temos todo um parque automóvel muito dependente ainda dos combustíveis fósseis, temos uma rede de transporte colectivo que não é apelativo, que não convence as pessoas, que não as retira do transporte individual e continuamos nesta dependência do petróleo. Por isso, precisamos de um caminho diferente que aposte mais no transporte colectivo, mais nas energias renováveis. É uma base importante para a nossa qualidade ambiental e, também, para a nossa qualidade de vida e, sem dúvida, para a nossa economia. É preciso não esquecer que a aquisição de combustíveis fósseis significa muito dinheiro que sai da Região que sai da economia local e regional”, resume.

E nem sequer abordou muito o que entende ser “uma vergonha a questão das perdas de água em quase 60%”, quando temos “as alterações climáticas e a problemática da água e nós próprios a desperdiçá-la desta forma”, lamenta.

Trabalho porque os salários são baixos”

ríodo de experiência e não precisam de formalismos, “resolve-se rapidamente”. Mas há muitos trabalhadores “que estão a abandonar a profissão devido à situação que estão a passar, devido aos ritmos de trabalho intensos, devido à degradação das condições de trabalho”, enumera. “Sabe, os trabalhadores foram sempre aqueles que defenderam a qualidade de serviço, pois enquanto trabalhadores foram educados e motivados para defender a qualidade de serviços, mas hoje em dia é-

lhes imposto por empresários, directores, chefias que o trabalho tem de ser feito o mais rápido possível, sem a qualidade que era norma durante anos, é de imaginar que isso afecta, de certa forma, psicologicamente, a motivação do trabalhador e com isso traz consequências”, adverte.

Adolfo Freitas, que já leva anos de experiência, garante que “nunca houve tantas baixas psicológicas como está a acontecer agora, devido à pressão que é exercida junto dos



trabalhadores nas empresas”. E aponta culpados: “Há responsáveis, o Governo e o patronato que nada têm feito para cativar os trabalhadores para a hotelaria. Por outro lado, fala-se na inflação, mas os mercados emissores de turistas para a Madeira não os afecta porque o poder de compra deles é muito superior ao nosso. O que existe, lamentavelmente, sempre que chegamos à mesa das negociações, é um choradinho dos patrões da crise que está, da que já passou, da que está para

vir. Isto é, quando é para valorizar o trabalhador, há sempre dificuldades. E o Governo, nas situações de impasse negocial, não intervém administrativamente, não só neste como noutros sectores. Enquanto houver o silêncio, vamos continuar a ver a situação laboral a degradar-se e as pessoas preferirão um trabalho das 9 às 17h00, sábados e domingos em casa, feriados, Natal, Fim-de-Ano, Páscoa, etc”, adverte sobre uma temática que deveria, em seu entender, ser central nos debates.